Ministério do Desenvolvimento Agrário

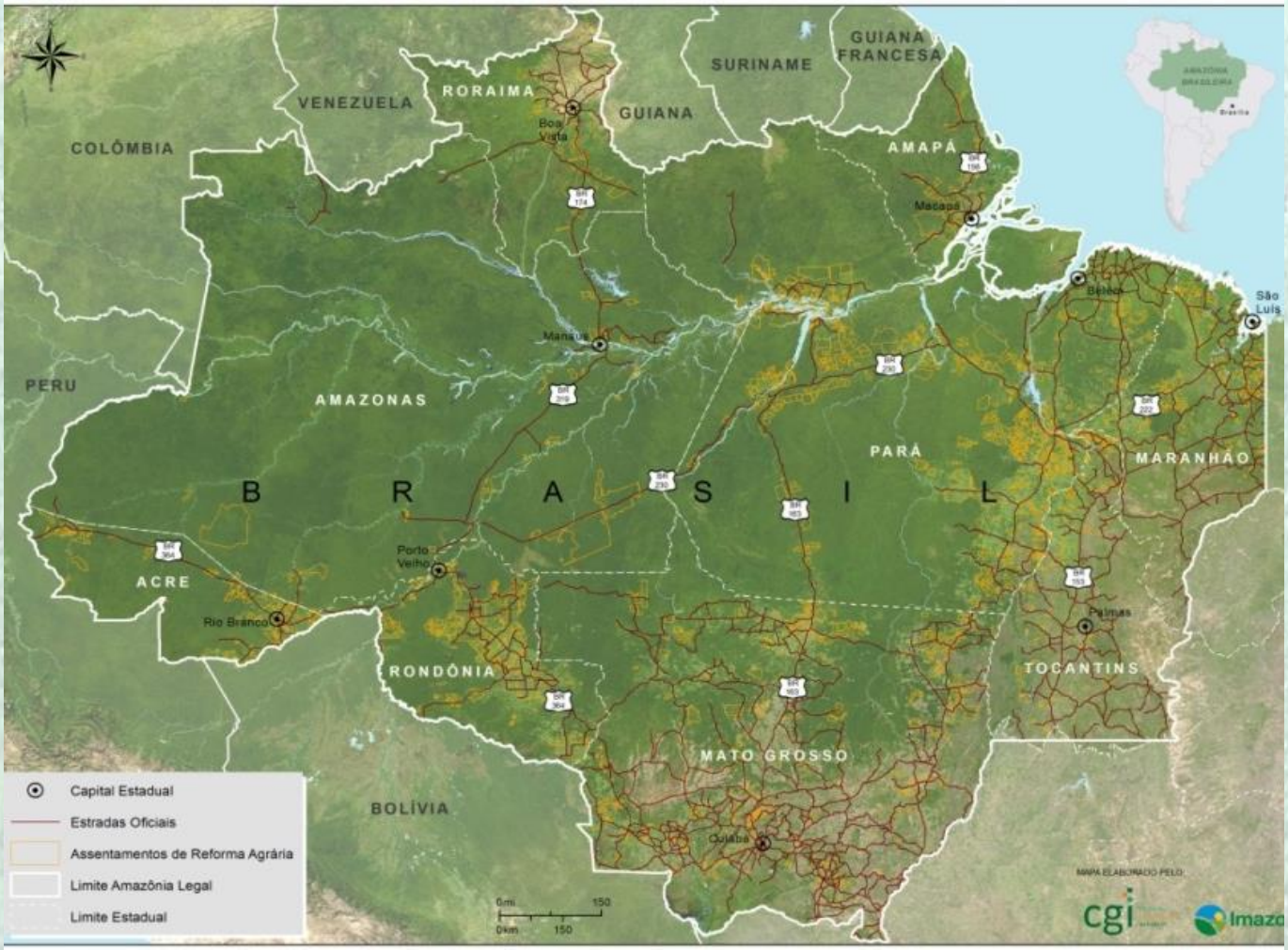
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra

PLANO SAFRA AMAZÔNIA

Janeiro 2014

AMAZÔNIA LEGAL

- 771 MUNICÍPIOS
- 9 ESTADOS
- 61% DO TERRITÓRIO BRASILEIRO
- 5.217.423 km² ou 521.742.300 ha

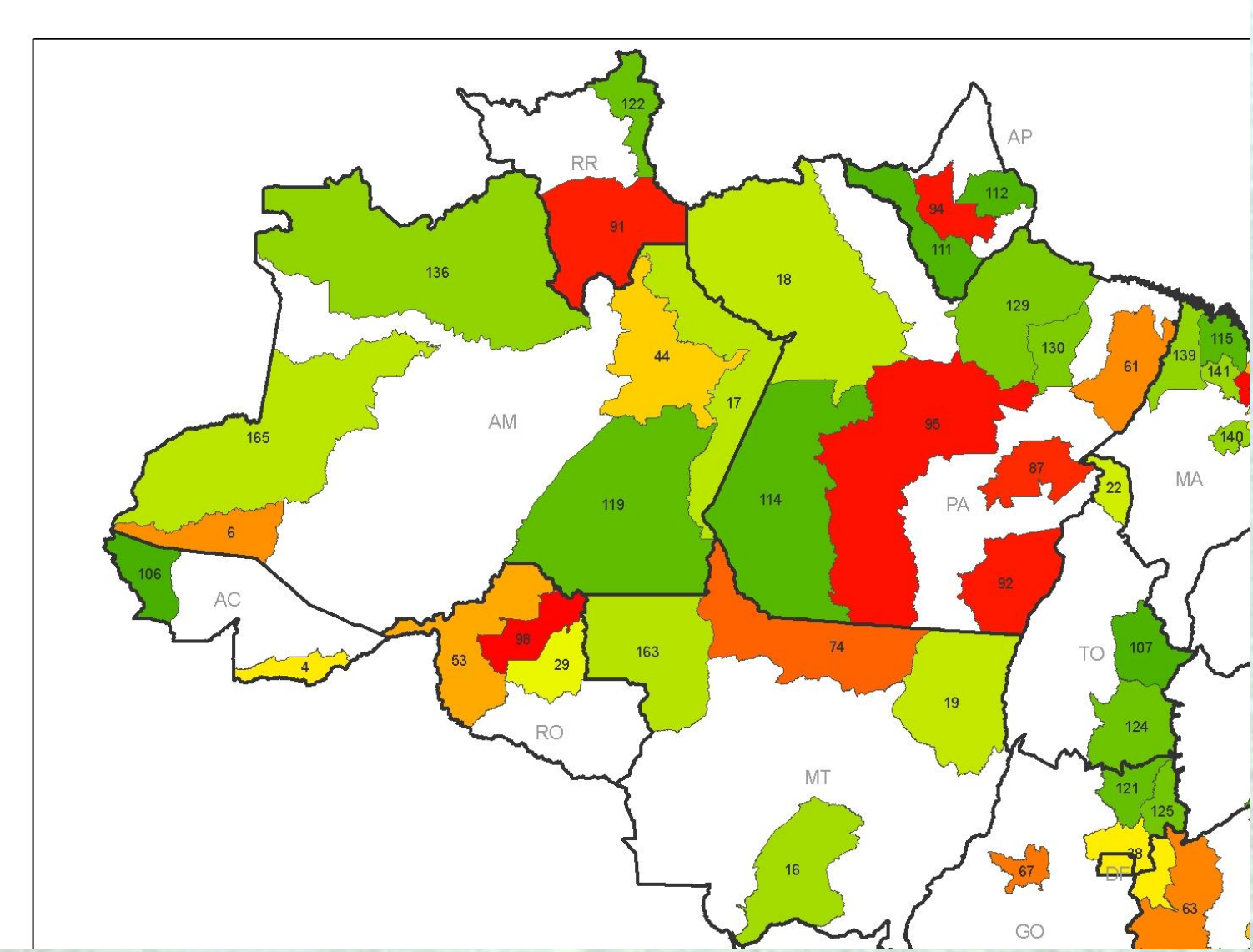


AMAZÔNIA LEGAL

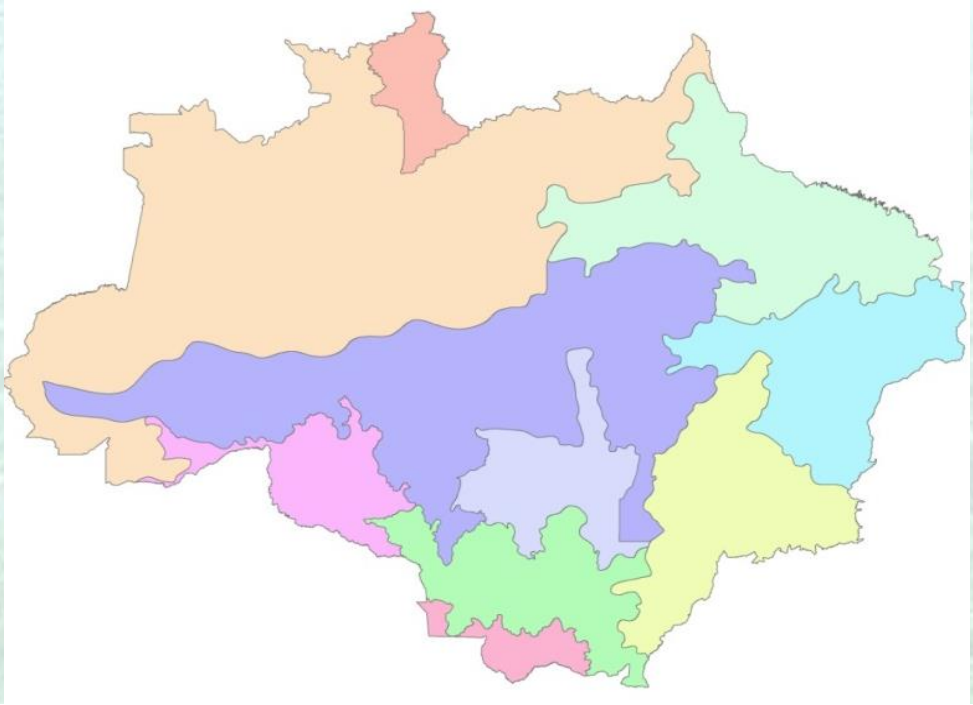
ÁREAS	QUANTIDADE	Nº DE FAMÍLIAS	ÁREA(ha)
Assentamentos			
Projetos de Assentamento Agroextrativistas	385	106.254	10.248.215,74
Projetos de Desenvolvimento Sustentável	99	29.059	3.212.194,57
Projetos de Assentamento Florestal	7	1.467	312.032,50
Projetos Estaduais Reconhecidos	384	52.202	2.266.992,90
Projetos de Assentamento (PA)	2.369	368.301	22.380.863,70
Total	**3.244**	**557.283**	**38.420.299,41**
Unidades de Conservação Federais Reconhecidas pelo Incra			
Florestas Nacionais	13	4.380	6.075.543,19
Reservas Extrativistas	63	44.571	13.541.538,57
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	14	8.952	9.543.202,55
Ribeirinhos Agroextrativistas		62.247	340,00
TOTAL	**3.334**	**677.433**	**67.580.923,72**

- O Censo 2006 registra 1.407.113 Agricultores Familiares na Amazônia Legal.
- Existem atualmente 1.057.000 DAPs (817 mil não assentados e 239 mil assentados) nos municípios da Amazônia Legal.
- Desse total, DAPs com declaração de atividades ligadas ao extrativismo somam cerca de 70 mil.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA



Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia



- Contenção das Frentes de Expansão com Áreas Protegidas e Usos Alternativos
- Defesa do Coração Florestal com Base em Atividades Produtivas
- Defesa do Pantanal com a Valorização da Cultura Local, das Atividades Tradicionais e do Turismo
- Diversificação da Fronteira Agroflorestal e Pecuária
- Fortalecimento das Capitais Costeiras, Regulação da Mineração e Apoio à Diversificação de Outras Cadeias Produtivas
- Fortalecimento do Corredor de Integração Amazônia-Caribe
- Fortalecimento do Policentrismo no Entrocamento Pará-Tocantins-Maranhão
- Ordenamento e Consolidação do Pólo Logístico de Integração com o Pacífico
- Readequação dos Sistemas Produtivos do Araguaia-Tocantins
- Regulação e Inovação para Implementar o Complexo Agroindustrial

ELEMENTOS A SEREM CONSIDERADOS PARA ESTRUTURAR O PLANO PARA PRODUÇÃO AGROFLORESTAL FAMILIAR DA AMAZÔNIA

- As Políticas e Programas e já existentes
- A especificidade do extrativismo e das populações tradicionais.
- A agricultura convencional na Amazônia.
- O papel dos assentamentos.
- A valoração e/ou agregação de valor aos ativos ambientais
- As dimensões territoriais
- A precariedade da infraestrutura
- Os temas de gênero e geração

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

1. Promoção da inclusão produtiva e social dos agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais da Amazônia Legal;
2. Promoção de políticas que associem a conservação e o uso econômico sustentável da sociobiodiversidade; (“Produzir alimentos; combater o desmatamento”)
3. Promoção e fortalecimento de cadeias produtivas dos produtos do extrativismo e da agricultura familiar na Amazônia Legal.
4. A integração com a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).
5. Gestão Territorial do Plano.

PROPOSTAS DE EIXOS QUE ESTRUTURAM O PLANO DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL PARA A AMAZÔNIA

- Fomento à Produção Sustentável
- Infraestrutura.
- Garantia de direitos e acesso às políticas públicas.
- Acesso a Terra

EIXO FOMENTO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

- ATER: Lançamento de novos editais (AF e povos e comunidades tradicionais – extrativistas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos) e capacitação dos agentes de ATER.
- Comercialização da produção:
  - ✓ Fomento e capacitação dos agricultores familiares, extrativistas e indígenas para acesso ao PAA e PNAE e ampliação das operações de compras governamentais.
  - ✓ Criação de espaços para comercialização dos produtos da agricultura familiar e extrativistas (feiras convencionais e agroecológicas, mercados e centrais de comercialização).

- Adequação do PAA para aquisição fibras e óleos naturais e incentivo para a cadeia produtiva das fibras e óleos naturais.
- Instituição de um programa de compra direta dos ribeirinhos em articulação com a CONAB. (Experiências estaduais)
- Adequação dos créditos existentes à realidade do extrativismo (Pronaf Floresta/Eco)
- Instituição de um programa de produção de sementes e mudas de espécies nativas nos assentamentos de reforma agrária.
- Inserção de novos produtos e ampliação do teto de subvenção da PGPM-Bio.
- Incentivo para a criação e manejo sustentável de animais silvestres em assentamentos.
- Ampliação atendimento do Bolsa Verde

- Fomento à elaboração de projetos de manejo florestal familiar de produtos madeireiros em assentamentos.
- Ampliação da identificação dos agricultores familiares - DAP.
- Criação do Seguro /Garantia Floresta.
- Pronatec direcionado para as atividades produtivas da Amazônia.
- Organização produtiva das mulheres rurais.
- Criação do selo produto extrativista.

EIXO INFRAESTRUTURA

- Adequação do PAC: Aquisição e distribuição de barcos frigoríficos adaptados para o escoamento da produção e para a limpeza de igarapés.
- PNHR:
  - Capacitação das entidades organizadoras para elaboração de projetos.
  - Regionalização da planilha de custos (CEF/MCidades)
- Fortalecimento da agroindústria:
  - ✓ Fomento/estabelecimento de entrepostos de pescado e de produtos regionais (castanha, açaí, borracha, óleos, fibras, etc).
  - ✓ Fomento das agroindústrias nos assentamentos (Terraforte).
  - ✓ Fomento agroindústria de laticínios para a agricultura familiar.
  - ✓ ECOFORTE

EIXO GARANTIA DE DIREITOS E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.

- Universalização (?) do PNDTR na Amazônia Legal.
- Universalização (?) do Programa Arca das Letras na Amazônia Legal.

EIXO ACESSO A TERRA

O eixo de ação de acesso ao território deverá incorporar ações voltadas à regularização das terras públicas da União na Amazônia Legal, destinação de áreas da União e a criação de novos assentamentos federais.

- **semana 27 a 31/01** - Discussão interna e elaboração da proposta inicial com as áreas do MDA. Apresentação da proposta para CNS, Contag MST, MAB, Fetraf. Apresentação da proposta aos Sup. Regionais Incra
- **semana 03 a 07/02 -** Apresentação da proposta aos Delegados MDA e Coordenadores Serfal.
- **semana 10 a 14/02** - Retorno das áreas do MDA, Delegacias, Sup. Regionais e Coord. Serfal dos elementos de mudanças, ajustes e proposições para o Plano
- **semanas 17 a 21/02 e 24 a 28/02** - Início das discussões com o MF e Casa Civil.
- **semana 10 a 14/03** - Retorno da proposta para Mov. Sociais.
- **semana 17 a 21/03** - Ajustes finais e retorno para as áreas do MDA, Delegacias, Super. E Coord. Serfal (Vídeo conferência)
- **semana 25 a 29/03** - Lançamento do Plano.